



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA



Presidente Itamar Franco

DISCURSOS - II

De dezembro de 1993 a setembro de 1994



Brasília

1994

DISCURSOS - II

De dezembro de 1993 a setembro de 1994

Presidente Itamar Franco

DISCURSOS - II

De dezembro de 1993 a setembro de 1994

Brasília
1994

Brasil. Presidente, 1992- (I. Franco).

Discursos-II : de 3 de dezembro de 1993 a 28 de setembro de 1994. — Brasília : Presidência da República, 1994.

116p. (Série Discursos)

1. Franco, Itamar, Presidente do Brasil, 1990- —
Discursos. 2. Política e Governo — Brasil. I. Título.

CDD 320.981

Sumário

Apresentação	9
I Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na reunião de instalação do Conselho Nacional da Amazônia Legal — Palácio do Planalto. Brasília, DF, 3 de dezembro de 1993.	11
II Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, durante os cumprimentos de final de ano e almoço de confraternização com os Oficiais-Generais, no Clube da Aeronáutica. Brasília, DF, 9 de dezembro de 1993.	19
III Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, durante a formatura da turma de Direito da Faculdade «Vianna Júnior» em Juiz de Fora - MG. Juiz de Fora, 16 de dezembro de 1993.	27
IV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da instalação e posse dos membros da	

	Comissão de Investigação no Executivo. Palácio do Planalto, 4 de fevereiro de 1994.	33
V	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de inauguração da Unidade de Destilação Atmosférica U-50. Rio Grande do Sul, 26 de fevereiro de 1994.	39
VI	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da reunião ministerial relativa à Medida Provisória 434. Brasília, DF, 29 de março de 1994.	45
VII	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião dos cumprimentos aos novos Oficiais-Generais. Palácio do Planalto, 18 de abril de 1994.	51
VIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da reunião ministerial para anúncio da data da mudança do cruzeiro real e da substituição da URV pelo real, nova moeda brasileira.	57
IX	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da devolução do terreno da sede da União Nacional dos Estudantes — UNE, no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 18 de maio de 1994.	65
X	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de inauguração do novo	

	Auditório da Academia Mineira de Letras. Belo Horizonte, 30 de maio de 1994.	71
XI	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra — ESG. Palácio do Planalto, 22 de junho de 1994.	77
XII	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da reunião ministerial para o lançamento do real, em 1º de julho de 1994. Brasília, DF, 30 de junho de 1994.	81
XIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da solenidade de abertura da 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, DF, 27 de julho de 1994.	87
XIV	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião dos cumprimentos aos novos Oficiais-Generais. 11 de agosto de 1994.	95
XV	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, ao receber a pinacoteca de Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG, 26 de agosto de 1994.	101
XVI	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, durante o encerramento da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 31 de agosto de 1994.	107

XVII	Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na solenidade de abertura do VII Congresso Internacional de Hospedagem, Alimentação e Turismo. São Paulo, 28 de setembro de 1994.	113
------	--	-----

Apresentação

Este volume contém discursos proferidos pelo Presidente Itamar Franco no período compreendido entre 3 de dezembro de 1993 e 28 de setembro de 1994.

Os discursos de política externa, proferidos no período de 1º de julho de 1993 a 22 de setembro de 1994, estão reunidos no volume intitulado *Discursos de Política Externa - II*.

I

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, na reunião de
instalação do Conselho Nacional da
Amazônia Legal — Palácio do Planalto.
Brasília, DF, 3 de dezembro de 1993.**

A primeira reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal é sinal inequívoco da prioridade que o Governo brasileiro atribui ao desenvolvimento sustentável do seu território amazônico e à implantação de uma política integrada para realizá-lo.

Sobre esse território, que faz fronteira com oito países, temos e exercemos por todos os títulos soberania indiscutível, e dela o povo brasileiro não abre mão. Fazemos questão de reafirmar a nossa soberania para assumir responsabilidades, não para delas nos eximirmos. Tampouco desejamos ocultar problemas que a nós, brasileiros, interessa mais que a ninguém solucionar de forma equilibrada e definitiva.

Responsabilidade, quando se trata da Amazônia, significa perseguir uma política voltada para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos seus mais de 17 milhões de habitantes. Tal responsabilidade exige um claro compromisso de proteção do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais.

É para essa tarefa que os convidei a todos. A Amazônia — objeto, até passado recente, de projetos de ocupação e desenvolvimento ditados por outras realidades e concepções

do próprio papel do Estado — não pode prescindir da ação coordenada do Governo Federal.

No Brasil democrático e descentralizado não há mais lugar para políticas impostas de cima para baixo ou da capital para as regiões. A eficácia das políticas regionais, especialmente a da Amazônia, que reúne tantas especificidades, depende da participação da sociedade civil, sobretudo das populações e das lideranças locais.

É imperativo atualizar o debate sobre a Amazônia, retirando-o da estreiteza das visões que reduzem tudo a um desenvolvimento predatório, sem respeito pelo homem ou pela natureza. É preciso não se fechar numa atitude meramente defensiva ou ceder ao temor nascido da falta de confiança em nós mesmos.

A Amazônia é a última fronteira do Homem e do conhecimento. É o nosso maior patrimônio natural, e por isso um dos grandes trunfos que nos confere a dimensão continental do Brasil. Ali temos a maior floresta tropical do mundo, praticamente intocada se a compararmos às de outras regiões. Nela, 20 por cento da biodiversidade de todo o planeta esperam ainda pela pesquisa científica capaz de extrair novas fontes de riqueza ou de tratamento para males incuráveis. Nela, milhões de brasileiros — caboclos, ribeirinhos, imigrantes do Nordeste, do Centro e do Sul do País, índios que nos ligam às origens da nacionalidade, seringueiros, castanheiros, garimpeiros — anseiam por um futuro de prosperidade duradoura, livre das imposições dos ciclos econômicos passageiros.

Centro de atenção de todo o mundo, a Amazônia espera que nós, brasileiros, saibamos aproveitar e canalizar esse interesse em benefício das nossas necessidades e projetos. Meio ambiente e Amazônia são temas com enorme área de

convergência, mas por isso mesmo capazes de atrair para o Brasil os recursos internacionais que poderemos administrar em proveito das populações amazônicas e do País.

Este Governo tem procurado interpretar da forma mais criteriosa o zelo com que os brasileiros consideram a Amazônia e o interesse dos amazônidas em integrar-se ao desenvolvimento nacional.

A defesa do território, a presença do Estado brasileiro nas regiões desabitadas ou escassamente povoadas dos rincões mais distantes, a proteção dos povos da floresta, a começar pelos índios, o combate a formas ilegais ou predatórias de exploração dos recursos naturais —, todas essas têm sido preocupações constantes e reiteradas da ação e do planejamento do Governo. Elas estão na base da criação de um Ministério encarregado de coordenar as ações federais na Amazônia e deste Conselho que hoje, por primeira vez, se reúne com a finalidade de assessorar-me na definição de uma política integrada para a região.

Essa política, Senhores Ministros e Governadores, há de apresentar visão estratégica e transcender no tempo o Governo atual, porque deve estar voltada para o longo prazo, como produto de um consenso sobre os novos desafios que a Região Amazônica apresenta e as soluções, algumas urgentes, que reclama.

É passada a era dos megaprojetos. Os tempos são de recursos escassos que desafiam a criatividade e a capacidade de planejamento e de execução dos que professam a vida pública. A Amazônia hoje é mais desenvolvida, mais consciente, mais autônoma do que quando pela última vez se planejou em grandes linhas o desenvolvimento da região. Seu potencial aumentou muito pela sua projeção econômica, pelo interesse turístico, pelo progressivo conhecimento das suas

reservas de biodiversidade e dos seus recursos minerais, pela vocação industrial que tem demonstrado a Zona Franca de Manaus.

A região enfrenta também problemas novos, inclusive urbanos. Mas temos outros instrumentos, a começar pelo próprio conhecimento científico e empírico sobre a região, pelo que aprendemos com os erros do passado, pelo acervo acumulado, pela pesquisa aplicada. A atual consciência de que não existe uma só Amazônia uniforme, indiferenciada, mas muitas Amazonas do ponto de vista climático, geológico, de solos, vegetação e ocupação humana é fundamental para dar-nos a dimensão real do desafio.

A espinha dorsal de toda ação na região é o zoneamento ecológico-econômico, base de conhecimento para a exploração racional e sustentável dos recursos naturais e para a definição das áreas de preservação e de ocupação. Concebido de forma flexível, ele contempla prioritariamente as áreas submetidas a maior pressão demográfica. Será assim a garantia de que utilizaremos racionalmente e preservaremos para as gerações futuras esse patrimônio ambiental e econômico.

Senhores Ministros,
Senhores Governadores,

Este Conselho foi concebido como um mecanismo capaz de reunir subsídios para essa política e de promover maior coordenação entre os muitos Ministérios e órgãos federais que atuam na Amazônia, cada qual com sua perspectiva particular.

Essa coordenação é indispensável e inadiável. Cada uma das grandes áreas temáticas que formam o quadro complexo da Amazônia reclama esse tipo de coordenação, seja para o planejamento e execução de políticas amplas, seja para as

soluções de problemas tópicos ou emergenciais, em articulação com os Governos estaduais.

Esta reunião inaugural tem precisamente esse duplo objetivo: dar início ao processo de definição da política integrada e criar grupos de trabalho setoriais, integrados pelos Ministérios mais diretamente interessados. Espero, concluída esta reunião, poder contar com os subsídios que cada órgão preparou para a política integrada e com a definição desses grupos de trabalho.

Idealmente, para cobrir as dimensões mais importantes ou até emergenciais da realidade amazônica, estimo que esses grupos deveriam englobar, no mínimo, as áreas de desenvolvimento regional, relações internacionais, vigilância, controle e proteção, transportes e comunicações, proteção ambiental, mineração e garimpo, ciência e tecnologia aplicada, educação, saúde e aspectos sociais, assuntos florestais e populações indígenas. Sob a coordenação do principal Ministério ou órgão competente na matéria, esses grupos serão integrados por representantes dos demais órgãos federais e estaduais. Sua tarefa será contribuir para definir as políticas setoriais e coordenar entre si uma ação harmoniosa e eficaz.

Finalmente, creio indispensável que um Grupo Técnico se encarregue da elaboração a curto prazo de proposta de política integrada, para apreciação pelos Ministros de Estado e posterior aprovação presidencial.

Senhores Ministros,
Senhores Governadores,

Quando Euclides da Cunha disse que a Amazônia era a última página do Gênesis, ainda por escrever-se, estava de certa forma profetizando a ação e as responsabilidades que nos incumbem, como brasileiros, convocados a completar

com o trabalho e o conhecimento a dimensão humana da região.

Com a imperfeição que nos distancia infinitamente do Criador, estamos, sim, escrevendo uma parte dessa última página, uma saga em que os principais protagonistas são os amazônidas.

Sem a ilusão ruínosa dos projetos gigantescos, muitas vezes de custos sociais e ambientais insuportáveis, o Brasil democrático de hoje está comprometido com a nossa Amazônia. Se quisermos, com determinação e criatividade, ajudaremos os amazônidas a desenvolver uma região em que o homem é valorizado, as culturas locais preservadas, o meio ambiente respeitado, os recursos naturais racionalmente explorados e o desenvolvimento, porque sustentável, uma conquista que se renova a cada dia. Fecharemos para sempre a era dos ciclos econômicos fugazes que marcaram o passado da Amazônia. Os caminhos para o futuro terão de ser diferentes, terão de ser melhores, e hão de ser abertos e trilhados a partir de agora, com confiança, determinação, com sentido de solidariedade, independência e responsabilidade.

Muito obrigado.

II

Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, durante
os cumprimentos de final de ano e almoço
de confraternização com
os Oficiais-Generais, no Clube da
Aeronáutica — DF.
Brasília, DF, 9 de dezembro de 1993.

Senhores Ministros,
Senhores Oficiais promovidos ao Generalato,
Senhores Oficiais das Forças Armadas,
Senhoras e Senhores,

O momento difícil vivido por todos exige uma manifestação clara e incisiva do Chefe do Poder Executivo. O Estado não pode ser visto com desprezo por ninguém, e muito menos pelos que servem à Nação, a ele servindo.

Como a mais importante instituição da Pátria, o Estado deve ter o respeito que dedicamos às coisas sagradas. Quando determinados integrantes de compartimentos do poder que recebem a missão de cuidar do Estado, o desrespeitam, não temos como exigir dos outros cidadãos que o respeitem. A crise do Estado é, desta forma, a crise de sua respeitabilidade.

Nossa história política, como, de resto, a história política das nações, tem sido a da busca de respeitabilidade para as instituições, conforme as circunstâncias de cada tempo. Essa respeitabilidade não se obtém apenas com a força das leis e jamais é conseguida com a repressão policial. Os governos tidos como fortes só são possíveis quando o Estado é fraco. Governo e Estado realmente fortes são aqueles que se fundamentam nos sentimentos mais nobres dos homens. São senti-

mentos que não expressam na grandiloquência dos demagogos, mas se revelam nos momentos decisivos que a vida reserva, como oportunidade de grandeza, a qualquer um de nós.

São momentos como o que nos deixou Marcílio Dias, ferido, chamando os camaradas ao brío; ou o momento em que nossos pracinhas, varando os campos desconhecidos e frios da Itália, escalaram Monte Castelo.

Ou ainda, o instante em que a Pátria se eleva aos céus e se concentra na solidão do piloto, em seu vôo de patrulha. Os mesmos olhos que fitam o horizonte além da fronteira invisível do espaço caem com ternura sobre os campos e selvas do território que nos pertence. No mesmo momento, em qualquer pista na imensidão de nossa soberania, haverá sempre um avião da FAB descendo, com socorro ou com ânimo, para dizer aos brasileiros, dispersos pela geografia, que a Pátria é única e que os sonhos e sacrifícios de hoje serão a glória que o futuro celebrará.

Estes sentimentos, estejam certos, habitam a alma de nossa gente mais simples, e é com eles que a Pátria pode contar em suas horas graves.

Senhores Oficiais,
Senhoras e Senhores,

Tenho, dia a dia, procurado conduzir o governo na busca de novos caminhos, mas sou obrigado a confrontar-me com terríveis obstáculos. Infelizmente, nem todos pensam no País como uma sociedade dos que aqui nasceram e para aqui vieram trabalhar e viver. Os projetos de realização pessoal, marcados pelo egoísmo, muitas vezes têm prevalecido sobre o interesse nacional.

Devemos ter em mente que não pode haver direito adquirido na injustiça e na violação dos princípios imemoriais, que dão a cada homem o mesmo peso diante da vida e diante de Deus. Não preciso lembrar a miséria que nos ofende.

Sinto que nos próximos meses decidiremos o destino nacional. Temos que prosseguir resolutamente a tarefa de restauração do Estado para que, sobre seus pilares, a sociedade se organize.

Estou enviando ao Congresso Nacional propostas de reformas constitucionais e de leis complementares ordinárias que considero indispensáveis ao saneamento da República e à reestruturação do Estado. Estou certo de que não faltará aos legisladores a percepção da extrema gravidade da hora, nem o apoio do povo às medidas que a consciência nacional está exigindo.

Há poucos momentos tive ocasião de cumprimentar muitos dos Senhores pela ascensão à mais elevada hierarquia no serviço armado. Sei que toda promoção traz ao promovido dois poderosos sentimentos que aparentemente se contradizem, mas na realidade se completam: o do justo orgulho, com sua alegria, e o da severa preocupação frente aos novos encargos e crescidas obrigações. Regozijo-me com a sua alegria, e compartilho, de forma ainda mais grave, tendo em vista a dimensão dos meus deveres, de sua preocupação.

Se todas as horas são difíceis na vida dos povos, é inegável que vivemos, em nosso País e no mundo, tempo de imensas transformações. Ignorá-las serviria apenas para adiar confrontos e torná-los mais duros e mais dramáticos. É preciso examinar as causas do cansaço da civilização e da decadência dos Estados, e ver, com olhos rigorosos, o que se passa dentro de nossas próprias fronteiras. Para preservar o

Estado Democrático, teremos que restabelecer os seus alicerces éticos.

Para que haja ordem e liberdade é que os Estados constroem leis justas e sábias. Quando essas leis envelhecem e não servem mais à justiça, cumpre-nos reformá-las e ajustá-las à vontade do povo.

Nada é mais despojado de arrogância do que a nossa bandeira desfraldada em mastro rústico, à frente de qualquer destacamento militar da fronteira amazônica, muitas vezes erguido com troncos de árvores e coberto de palmas, e nada é mais belo e mais emocionante do que o estandarte da Pátria tremulando ao vento, como uma labareda de fé.

Senhores Oficiais-Generais, a síntese desta mensagem é uma idéia muito familiar aos Senhores, desde seus tempos de aspirantes e cadetes — desafio.

Desafio que as Forças Armadas do Brasil vêm enfrentando com otimismo, criatividade, disciplina, patriotismo e honradez, apesar das seguidas conjunturas desfavoráveis que já fizeram esmorecer alguns setores da Nação.

Por isso, no dia de hoje, sinto-me particularmente feliz por estar aqui, nesta confraternização anual. Recebo a homenagem com especial satisfação, por entender que, na sua singeleza, este almoço simboliza o apreço, a lealdade e a amizade que todos os integrantes das Forças Armadas dedicam a seu comandante supremo. São sentimentos tão arraigados na sua formação, que não se deixam abalar pelas vicissitudes orçamentárias que impedem a atualização e o aperfeiçoamento do material bélico e a remuneração à altura do seu valor e importância.

Na proximidade do Natal e do fim do ano, em que nos afastamos temporariamente de nossas preocupações, anseios

e problemas da árdua luta diária, para nos envolvermos em momentos de alegria, paz e camaradagem, como este, sentimo-nos retemperados para a jornada que ainda está por vir.

Que o Natal seja de paz e que o Ano Novo marque o fim das dificuldades que nos têm afligido.

Muito obrigado.

III

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, durante a
formatura da Turma de Direito da
Faculdade «Vianna Júnior»,
em Juiz de Fora-MG.
Juiz de Fora, 16 de dezembro de 1993.**

Senhores Professores,
Senhoras, Senhores,
Moças e Moços,

Agradeço, verdadeiramente honrado, o privilégio que me outorgastes, elevando-me à condição de patrono desta turma, culta e ilustre, por certo, como já é da tradição da Faculdade «Vianna Júnior».

A honraria se transmuda em emoção quando se conta, entre vós, dileta filha minha, Georgiana.

A honraria e a emoção, porém, não foram suficientes para as vossas deliberações, porque quisestes que eu comunhasse deste ato solene ao lado de vosso digno paraninfo, Dr. Leon Gilson Alvim Soares, que antes de haver ilustrado seu magistério, dignificou o Ministério Público e destacou-se na magistratura por seus dotes de cultura e probidade.

Não só.

Destes à turma o nome do saudoso Professor Lúcio Bittencourt, falecido tragicamente em cumprimento do seu dever democrático.

Os Senadores Lúcio Bittencourt, João Lima Guimarães e Camilo Nogueira da Gama, discípulos de Alberto Pasqua-

lini, lançaram em Minas Gerais as bases doutrinárias para um trabalhismo autêntico e fecundo; seguidos, depois, pelo talento invulgar e pela erudição invejável de Francisco Clementino Santiago Dantas.

Foi nessa escola de trabalhismo mineiro que deitei minhas raízes e convicções políticas, nela compreendendo, para todo o sempre, que a justiça social nasce da harmonia entre o capital e o trabalho — de que decorrem a produção e o progresso.

Outra coisa não tenho sido na vida política de meu País, senão democrata e trabalhista.

Antes, dirijo-me em particular àqueles desta turma que se dedicarão à magistratura; caber-lhes-á o dever indeclinável e insubstituível de respeitar a lei, como seus primeiros e fundamentais escravos.

A justiça será, eternamente, cativa da lei, ou, então, terá que ser filha espúria do arbítrio e do absolutismo.

Em sua magnífica *Oração aos Moços*, proferida na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, como paraninfo dos bacharelados de 1920, o grande Rui Barbosa pediu aos seus paraninfados para «não transfugir da legalidade para a violência, e nem trocar a ordem pela anarquia».

O Advogado, assim, pois, em tão acatado parecer, verdadeiro patrimônio de todas as gerações de bacharéis, desde a segunda década deste século em crepúsculo, advertiu para que não aceitásseis a substituição da legalidade pela violência, mas, também vetou a troca da ordem pela anarquia.

Moços e moços: a honestidade, material e intelectual, é o verdadeiro apanágio do homem público, seja ele político, advogado, promotor, juiz, sacerdote ou jornalista.

Nos regimes democráticos, ilustres advogados — bem o sabeis —, a ordem emana da Lei, e qualquer passo fora dela pode se constituir em grave risco às liberdades individuais e públicas.

Muito obrigado.

IV

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
instalação e posse dos membros da
Comissão de Investigação no Executivo.
Palácio do Planalto, 4 de fevereiro de 1994.**

Senhor Professor Cândido Antonio Mendes de Almeida,
Senhor Doutor Daniel Quintela Brandão,
Senhor Doutor Emerson Kapaz,
Senhor Ministro Evandro Gueiros Leite,
Senhor General Francisco Batista Torres de Mello,
Senhor Ministro Miguel Jeronymo Ferrante,
Senhor Doutor Modesto Souza Barros Carvalhosa,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Líder do Governo no Senado,
Dom Luciano Mendes,
Senhores Parlamentares,
Senhora Presidenta do Tribunal de Contas da União,
Senhoras e Senhores,
Moças e Moços,

Sinto-me constrangido em convocá-los para a tarefa de examinar os possíveis atos de corrupção na Administração da República. O Poder, sabem os senhores, é o mais grave dos officios humanos. Se ele nos traz momentos de satisfação, quando podemos sentir os resultados concretos do trabalho em favor da sociedade a que servimos, mais numerosos são os episódios de decepção. Temos que arrostar o malogro dos projetos de Governo, a incompreensão dos amigos, a impaciência dos correligionários e, até mesmo, a má-fé dos adver-

sários. Mas todos esses percalços são menos dolorosos do que a descoberta de atos delituosos na administração da coisa pública.

A terra será a utopia das utopias se um dia todos os homens souberem os limites de seus direitos e de suas liberdades, no confronto com as liberdades e os direitos alheios, e os respeitarem. Nesse dia que não veremos, as Leis serão dispensáveis e dispensáveis os instrumentos da justiça. Haverá, se esse dia chegar, a paz, o pão e a alegria para todos.

Mas assim não é, e o mais penoso dos deveres das sociedades políticas é o de estabelecer leis penais e as fazer cumprir. É o de vigiar para que não se toque no patrimônio de todos. É o de criar mecanismos de controle, a fim de impor o que devia ser natural, ou seja, o comportamento honrado dos servidores públicos.

Senhores,

Nós os convocamos, certos de que, com a sua conhecida folha de serviços prestados ao País, na cátedra, nos Tribunais, no serviço armado e no comando de empresas, poderão ajudar o Governo a sanear o Estado. Não é preciso repetir o que todos sabemos, a respeito da situação geral dos quadros administrativos federais. Há muitos anos que o Estado vem perdendo eficiência e, com isso, permitindo a vulnerabilidade de muitas de suas agências. Convenci-me de que só solicitando o concurso de homens independentes, de elevada qualidade profissional e de biografia inatacável, como os senhores, poderemos analisar e investigar, com isenção e rigor, as denúncias de corrupção que chegam ao nosso conhecimento.

A Nação conta com os senhores, e lhes será reconhecida. A única observação adicional que me toca fazer sobre a sua tarefa é a de que os meus auxiliares estão proibidos de tentar

influenciar as decisões dessa comissão. Ninguém, tenha em meu Governo a posição que tiver, está autorizado a falar em nome do Poder Executivo com esse propósito.

Não há, diante da responsabilidade que a Nação lhes outorga, tampouco imunidades. Todos os Ministérios, todas as empresas estatais, todas as fundações e autarquias, como, aliás, determina o instrumento legal da constituição do grupo, são obrigados a dar informações e a entregar cópias dos documentos que solicitarem.

Muito obrigado por aceitarem a missão. Sei que a cumprirão com o mesmo e penoso sentimento de responsabilidade que tive, ao convocá-los para nos ajudar a recuperar o sentido ético do Poder Administrativo.

V

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
cerimônia de inauguração da Unidade de
Destilação Atmosférica U-50.
Rio Grande do Sul, 26 de fevereiro
de 1994.**

Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul —
Alceu Collares,
Senhor Embaixador da Itália — Paolo Taroni,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Vice-Governador do Estado do Rio Grande do
Sul — João Gilberto Lucas Coelho,
Senhores Senadores Pedro Simon — Líder do Governo
no Senado, e José Fogaça,
Senhores Deputados Federais,
Senhores Comandantes Militares,
Senhores Deputados Estaduais,
Senhor Prefeito em Exercício de Canoas,
Senhor Presidente da Petrobrás e Membros da Diretoria,
Senhores Vereadores,
Senhores Jornalistas
Senhores Técnicos e Funcionários da Petrobrás,
Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

Começo por render o meu preito de admiração pela
personalidade política e moral de Alberto Pasqualini, que dá
seu nome a esta refinaria, ampliada durante o meu Governo.
Já se tornou aborrecedora a constatação de que o Brasil
empobreceu em sua inteligência política e na sua grandeza de

seus homens públicos, nos últimos decênios. Não concordo plenamente com a afirmação, mas, ao recordar o saber, a moderação, a fé no Brasil, que construíam Alberto Pasqualini, vejo como essas virtudes se tornam escassas no Brasil de nossos dias.

É certo que há entre nós, no Parlamento e no Poder Executivo, homens que ainda as portam, mas o seu exercício vem sendo tolhido pelas deformações da atividade política. Homens como Pasqualini querem o poder para distribuí-lo, querem-no para promover a justiça, e o querem para avançar sobre o horizonte do tempo, em busca da prosperidade de todos. Eles são poucos e, graças ao seu patriotismo, a Nação vem vencendo as dificuldades. Em contraponto, sobram os que só pensam nas ilusórias pompas do poder, supondo que se esquivarão das angústias que a responsabilidade política impõe.

Não temos divulgado, como deveríamos fazer, o que conseguimos construir, nesses meses de presença na Chefia do Estado e do Governo. Foi muito pouco, diante do que temos que fazer e diante do que desejávamos. Mas há alguns números, que mesmo os nossos mais irados adversários políticos são obrigados a reconhecer. As nossas reservas cambiais são hoje onze vezes maiores do que as deixadas pelo meu antecessor. Houve aumento real na massa dos salários, embora ainda muito pequeno. Conseguimos realizar algumas obras públicas, e autorizamos investimentos das empresas estatais, sempre que se demonstraram inadiáveis, como é o caso da ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini. Tenho a convicção de que providências que tomamos, ou iniciativas a que demos o apoio e os recursos públicos possíveis, ajudaram a salvar vidas e a restaurar a esperança entre os mais abandonados de nossos compatriotas. Mais de dois milhões

de famílias receberam cestas básicas nas regiões castigadas pela seca. Não me agrada o assistencialismo, mas tampouco podem os que têm fome esperar pelas reformas sociais que lhes dêem a mesma oportunidade de crescer atribuída aos outros pelas circunstâncias do nascimento. De que adianta, por exemplo, abrir escolas, se a elas faltar merenda? O que pode aprender uma criança faminta?

Estamos nas vésperas de providências governamentais decisivas, a fim de debelar a inflação. Pela primeira vez, na história deste País, um plano econômico e financeiro é discutido amplamente pela imprensa e pelo Parlamento. Este plano, por mais inteligente e mais sensato que seja, e por maior aprovação tenha recebido do Congresso Nacional e da sociedade, só poderá ter êxito se contar com a contribuição ativa de todos os brasileiros. Para vencer a chamada «cultura da inflação». É necessário que os brasileiros se disponham a alguns sacrifícios menores, administrando com austeridade o seu consumo, sobretudo nas primeiras semanas de vigência das medidas que venham a ser adotadas, e recusando compactuar com os especuladores e com os que remarcam abusivamente os seus preços. É preciso dizer-lhes «não» com firmeza.

Solenidades como esta, que mostram a nossa capacidade de fazer, devem servir-nos de estímulo para vencer mais essa etapa difícil. Há mais de quarenta anos, um adolescente de Juiz de Fora ia as ruas, com seus companheiros de ginásio, para dizer que no Brasil havia petróleo, e que o petróleo era nosso. Como é gratificante ao coração daquele adolescente, hoje exercendo a mais alta magistratura do País, verificar o quanto fizemos nestas quatro décadas! Estávamos certos, quando dizíamos que havia petróleo em nosso chão, e estávamos certos quando dizíamos que éramos capazes de extraí-lo e refiná-lo, com nossa inteligência e o nosso suor.

Congratulo-me com os trabalhadores, engenheiros e diretores da Petrobrás. E me congratulo com o bravo povo do Rio Grande do Sul, que marcou, com o aço e o sangue, estas fronteiras da Pátria.

Muito obrigado.

VI

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
reunião ministerial relativa
à Medida Provisória 434.
Brasília, DF, 29 de março de 1994.**

Senhores Ministros,

Como Chefe de Estado e de Governo, em regime presidencialista recentemente confirmado em plebiscito pela vontade soberana do povo brasileiro, cumpre-me velar, mais do que todos, pelos interesses nacionais. Tenho o dever de procurar influir sobre as medidas administrativas dos outros Poderes quando afetam os programas do Executivo e a própria harmonia e independência entre os Poderes da República.

É do conhecimento de todos que o Supremo Tribunal Federal acaba de proferir decisão liminar determinando que o Poder Executivo deposite, em conta especial, à ordem da Corte, «os montantes retirados das contas bancárias pertencentes aos servidores» da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

O julgado, dispensável enfatizar, tem graves repercussões no momento em que se procura implementar uma política global de estabilização da economia, com especial ênfase no equilíbrio das contas públicas.

O Ministro da Justiça, em fala à Nação na última sexta-feira, deixou claro que «O Plano de Estabilização Econômica teve como base essencial o respeito aos direitos e às garantias de todos os brasileiros, vistos em sua igualdade diante da Lei».

Especificamente, o seu texto teve a preocupação de assegurar absoluta equidade a todos os assalariados, servidores do Estado e membros dos Poderes da República.

No particular da remuneração do serviço público, tratou-se de evitar que privilegiados obtivessem mais privilégios em detrimento dos menos favorecidos, sobretudo nos momentos dramáticos em que vivemos de combate à inflação. Ou, como bem disse recentemente o Ministro do Trabalho, se não podemos sequer fixar um salário mínimo digno, não temos espaço para colocar como prioridade a discussão de salários máximos.

Não obstante o texto da Medida Provisória nº 434 tenha, expressa e literalmente, consignado que a conversão dos vencimentos, soldos e proventos em URV seja feita pelo valor desta no último dia dos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro — critério este aplicável, sem discriminação, a todo o universo de servidores públicos — entendeu a Suprema Corte que a Carta Magna vigente poderia amparar a pretensão de alguns segmentos do funcionalismo que tinham, e ainda têm, o privilégio de receber antecipadamente os respectivos vencimentos.

Impõe-se, neste momento, fazer alguns esclarecimentos sobre a evolução dos episódios recentes, nem sempre retratados com fidelidade pela imprensa.

Tendo o Governo tomado conhecimento de que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, ao converterem a remuneração de seus membros e os vencimentos dos seus servidores em URV, por decisão administrativa *interna corporis*, adotaram critério diverso do expressamente previsto na Medida Provisória nº 434, determinou aos órgãos competentes da área financeira que o repasse das verbas orçamentárias correspon-

dentes observasse os termos e limites estabelecidos no diploma em questão.

Outra não poderia ter sido a conduta do Executivo senão a de observar, fiel e estritamente, o disposto na medida provisória recém-editada e de nossa autoria.

Em face da postura assumida pelo Governo, diversos órgãos do Poder Judiciário, em sede administrativa, reiteraram o entendimento segundo o qual os membros e servidores deste Poder fariam jus a critério diferenciado de conversão. Seguiu-se o ajuizamento de um mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal cuja liminar, como disse, determinou fosse a diferença pecuniária *sub judice* depositada à ordem da Justiça até final decisão de mérito.

Deferiu-se, tão-somente, o depósito, à ordem do Juízo, dos valores controvertidos e supostamente estornados de contas correntes.

Nem o Presidente nem Ministro algum autorizou ou determinou o estorno de importâncias já creditadas em conta corrente dos servidores. Se isto ocorreu, fez-se à revelia de ordens superiores, porquanto a determinação efetivamente expedida limitou-se a restringir os repasses financeiros aos demais poderes, aos montantes apurados na forma da medida provisória até hoje em plena vigência.

Diante deste relato inicial, passo a palavra ao Ministro da Fazenda para que analise as repercussões econômico-financeiras da questão e, posteriormente, aos demais Ministros que desejem se manifestar.

(Conclusão da reunião)

Senhores Ministros,
Senhores Líderes.

Como não poderia deixar de ser no Estado de Direito, cumpro a decisão do Supremo Tribunal Federal, e continuarei, no âmbito das minhas prerrogativas constitucionais, a adotar e propor medidas contra injustiças e desigualdades, certo de que, acima de tudo, estará o soberano julgamento do povo brasileiro.

Senhores Ministros,

Os problemas de que tratamos nesta reunião decorrem do desafio da governabilidade, cujos impasses colocaram em risco a paz pública ao longo de nossa sofrida História contemporânea; 1930, 1934, 1937, 1945, 1967, 1969 nos advertem, depois da Constituição de 1988, que precisamos conciliar o Estado com a Nação brasileira. É hora de aproveitarmos a melhor lição destes momentos de perplexidade e tensão que vivemos nestes últimos dias. Promoverei, por intermédio do Deputado Luiz Carlos Santos, líder do Governo na Câmara dos Deputados, a coordenação de propostas de emendas constitucionais. Estou determinando que todas elas sejam estudadas com o concurso de eminentes juristas. Serão medidas efetivas no sentido de se promover uma verdadeira e completa reconstrução jurídico-formal do Estado brasileiro.

VII

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião dos
cumprimentos aos novos Oficiais-Generais.
Palácio do Planalto, 18 de abril de 1994.**

Excelentíssimos Senhores Ministros de Tribunais Superiores,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais,
Excelentíssimos Senhores Oficiais promovidos ao Generalato,
Senhoras e Senhores,

A repetição, todos os anos, desta cerimônia não a torna envelhecida. Sempre a mesma em seus ritos protocolares, ela é nova a cada encontro, mas não se altera em seu profundo simbolismo. Os Oficiais-Generais asseguram a sua obediência ao Poder Civil, dentro dos estritos termos da Constituição Política. Os homens se sucedem no comando das instituições, mas as instituições, por mais que se aprimorem, devem ter fidelidade ao contrato fundamental das sociedades nacionais. Em Repúblicas presidencialistas, como a nossa, cabe ao Chefe do Governo chefiar também o Estado, e nessa alta responsabilidade, comandar as Forças Armadas, dentro dos mandamentos constitucionais.

Ao serem apresentados ao Chefe de Estado, os Oficiais-Generais das três Armas se apresentam à Nação e confirmam o juramento que, no engajamento da juventude, fizeram às

cores da Bandeira. O juramento de a ela servir, com todos os sacrifícios e com toda a técnica, com toda a coragem e com toda a honra. Sendo assim, Senhores Oficiais-Generais, não somos nós, com a transitoriedade da vida mortal, que nos encontramos nesta solenidade, mas a Nação em armas diante do Presidente da República. A rígida disciplina dos soldados, que servem à Pátria na obediência e no comando durante uma vida inteira, se submete, neste rito anual, às instituições democráticas, que se alicerçam na liberdade de discussão e na renovação periódica dos mandatos, conforme a oscilação da vontade popular e os mandamentos rígidos da Constituição.

Estamos na véspera do pronunciamento do povo, na escolha de seus novos governantes. Temos, como cidadãos, os nossos candidatos, os nossos partidos, as nossas idéias. Procuraremos, nessa condição de cidadãos, e como é de nosso direito e dever, lutar para que se elejam os candidatos que a nossa consciência indicar. Mas, em nossa responsabilidade de servidores da sociedade nacional, só nos cabe garantir a liberdade dos eleitores e a transmissão do poder dentro da rigorosa ordem democrática.

Senhores oficiais recém-promovidos ao Generalato,

Imagino como devem sentir-se orgulhosos por atingir essa alta posição no serviço da Pátria. Cada um dos Senhores estará recordando-se dos sacrifícios dos primeiros anos, nas missões penosas, em guarnições perdidas pelo vasto interior ou nas marcas de fronteira, das horas voadas e dos dias navegados, sob todos os riscos. Em sua memória, haverá também os momentos de alegria, nos cursos de especialização, vencidos com inteligência e devotamento, nas promoções sucessivas até agora.

Tenho uma palavra de gratidão, em nome da República, ao devotamento de suas esposas, que, no estímulo e no apoio, no encorajamento nas horas difíceis, compartilharam de sua carreira e lhes permitiram servir à Pátria com a inteireza do caráter e a força da inteligência.

Quando deixar o Governo a meu sucessor, levarei, destes meses exigidores, a boa memória do convívio com as Forças Armadas. Nelas, sempre encontrei a compreensão para os sacrifícios que a situação crônica de penúria orçamentária nos tem imposto, e a contribuição, sem limites, para os êxitos do Governo. Estes, não obstante a má vontade de muitos, não podem ser negados. Conseguimos retomar o desenvolvimento econômico, e estamos eliminando o déficit público, enquanto se aplicam as medidas efetivas de combate ao processo inflacionário. Em todo esse processo difícil, sempre contamos com as Forças Armadas como instituições e com a presença de homens nelas construídos nos altos quadros do Governo.

Agradeço-lhes, em nome de nosso povo, pelo que fizeram pelo País e que continuarão a fazer, agora investidos das altas responsabilidades do Generalato.

Muito obrigado.

VIII

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
reunião ministerial para anúncio da data da
mudança do Cruzeiro Real e da substituição
da URV pelo Real, a nova Moeda Brasileira.
Brasília, 9 de maio de 1994.**

Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal,
Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,
Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados Federais,
Senhoras e Senhores,
Moças em Moços,

Estamos nos aproximando de um momento muito importante para a vida do Brasil: a hora em que vamos mudar a nossa moeda, o nosso dinheiro.

A moeda de um país, como a sua bandeira, é um símbolo da sua soberania. A moeda deve representar a força desse país, a confiança que ele desperta em todo o mundo.

Por isso, é tão importante o esforço que estamos fazendo para dar ao Brasil um dinheiro que simbolize de fato a nossa independência e a vontade de nosso povo. Por isso, estão aqui reunidos os Três Poderes constituídos da República — Executivo, Legislativo e Judiciário — num momento decisivo para a vida da Nação.

Os trabalhadores brasileiros receberam agora em maio o seu segundo salário em URV. Puderam comprovar que esse salário veio compensado contra a inflação de abril.

Mas isso não é suficiente. É preciso fazer muito mais. É o que estamos fazendo.

Com a URV, demos passos muito importantes. Está na hora da virada decisiva na luta contra a inflação e a favor do desenvolvimento.

E isso vai acontecer com a chegada do real, que será o novo dinheiro do Brasil.

O real vai entrar na nossa vida diária no lugar do cruzeiro real e substituir a URV, que apenas está ajudando nessa passagem de um dinheiro desvalorizado para um dinheiro forte. Com todos os preços e tarifas em real, o nosso salário não vai perder valor ao longo do mês e vamos poder saber exatamente o que as coisas valem.

O real será o dinheiro de um Brasil que não vai ter inflação alta como a nossa.

Além de derrubar a inflação, o real vai resolver o problema que o trabalhador e o aposentado ainda têm depois que o salário em URV é pago em cruzeiros reais. Por que isso? Porque a URV protege o salário até a data do pagamento, mas, a partir daí, até o pagamento seguinte, o salário convertido em cruzeiros reais continua a ser corroído pela inflação, se não for aplicado nos bancos. Com o real, o dinheiro que está no bolso do trabalhador vai manter o seu valor.

É por tudo isso que, como todo brasileiro, eu também desejo que a chegada do real aconteça logo.

E hoje venho dizer que o real será o dinheiro do Brasil a partir do dia 1º de julho.

Eu teria preferido anunciar a data da chegada do real já com a medida provisória aprovada pelo Congresso. Essa aprovação continua a ser essencial. O Governo reeditou a

medida provisória, na esperança de que, proximamente, ela possa vir a ser aprovada, como deseja a grande maioria dos brasileiros.

Como todos sabem, o Governo assumiu o compromisso de anunciar a data da chegada do real com pelo menos trinta e cinco dias de antecedência.

Estou fazendo este anúncio com uma antecedência ainda maior, de cinqüenta e dois dias, para que a população tenha mais tempo para se preparar para o real: sem atropelos, com calma e segurança.

Pedi ao Ministro da Fazenda que divulgue em breve um calendário das medidas que vamos adotar nessa caminhada para o real. Com antecedência suficiente, durante o mês de junho, serão anunciadas as regras mais importantes do real.

Estou pessoalmente empenhado em fazer com que todos tenham tempo de se preparar para a mudança, e para que todos conheçam bem o nosso novo dinheiro.

Vamos fazer um grande esforço de divulgação, de explicação do real. Determinei, também, ao Ministro da Fazenda que viaje pelo País para falar do Plano real e do nosso novo dinheiro.

Tudo será anunciado e explicado cuidadosamente. Nada será feito com surpresas ou sustos. Esta, aliás, é a marca da Política Econômica do Governo.

Nós sabemos o que está em jogo. Não são apenas números que somente poucos entendem. É o dia-a-dia de todos nós. É o valor do nosso salário. É a comida que vai para a mesa. É a educação das crianças e o conforto dos mais velhos. É a saúde dos brasileiros. É tudo aquilo que vai melhorar quando nós pudermos, de uma vez por todas, derrubar a inflação.

O Brasil me conhece. Sabe que eu sou um homem do povo e compartilho com os brasileiros sua angústia com a inflação. Daí minha confiança e meu empenho no sucesso do nosso Plano. Quero entregar ao Presidente que os brasileiros vão eleger este ano um País com a economia em ordem, com a casa arrumada, em que o Governo possa cumprir as suas obrigações e em que a inflação não atormente mais o trabalhador.

Nós temos agora todas as condições para que isso aconteça e as razões de minha confiança são muitas. Resolvemos o problema da dívida externa, que prejudicou o Brasil durante mais de dez anos. Equilibramos o Orçamento da União. Acabou aquela situação de o Governo gastar mais do que arrecadava. Ou seja: não precisamos mais emitir dinheiro e gerar inflação.

Nossa economia já voltou a crescer em muitos setores e vamos este ano colher a maior safra agrícola da nossa história. A URV está cumprindo o seu papel de garantir o poder de compra médio dos salários e de preparar preços estáveis para a chegada do real. As indústrias e o próprio Governo já converteram a maioria de seus preços e tarifas em URV.

Não costumo fazer promessas que não posso cumprir nem empenhar a minha palavra naquilo em que não acredito.

Se hoje estou aqui pedindo ao Brasil que acredite no Plano real, é porque eu acredito. É porque tenho certeza de que, agora, estamos preparados.

É porque sei que só com a economia em ordem todos começam a ganhar. Especialmente os mais pobres, os trabalhadores que vivem de salário e não têm como se proteger da inflação.

Somos parte de uma grande família, de uma grande Nação. Temos de ser fortes. Temos de ser firmes e determinados.

A responsabilidade é nossa de continuar fazendo do Brasil, o País próspero e generoso que todos queremos.

Acreditamos, pois, no Plano real, projetado na gestão do ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso, e agora implementado pelo Ministro Rubens Ricupero.

IX

Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
devolução do terreno da sede da União
Nacional dos Estudantes — UNE,
no Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro, RJ, 18 de maio de 1994.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral,
Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e do Desporto,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Magnífico Reitor da Uni-Rio,
Senhores Deputados e Senadores,
Senhor Presidente da União Nacional dos Estudantes,
Senhores Ex-Presidentes da União Nacional dos Estudantes,
Senhor Presidente da União Secundária,
Senhores e Senhoras,
Moços e Moças,

Este é um ato de reencontro do Estado Nacional com a sua juventude. É um ato de justiça. A presença do Presidente da República nesta solenidade não é simples rito protocolar. Passados trinta anos, é a Nação inteira que se reencontra com os seus jovens. Os de hoje, resgatando o símbolo das lutas dos jovens do passado. E é esta juventude intemporal que se encontra hoje reunida para — na continuidade dos esforços

para a reconstrução democrática da República — marcar a reedificação da Casa Nacional do Estudante.

Não pretendo fazer o inventário daquelas horas de conflito. Estamos sendo capazes de superá-las com o recurso da política. Desde as grandes campanhas populares que restauraram as eleições diretas para a Presidência da República e criaram condições para a promulgação de uma nova Constituição, temos sido capazes de administrar os dissídios sociais dentro da ordem democrática, e assim continuará.

A União Nacional dos Estudantes foi a grande escola política de nossa geração. Nesse espaço, forjaram-se grandes líderes. Os dirigentes políticos não se constroem no silêncio dos gabinetes, na tranqüilidade dos templos, no diálogo sereno dos sábios. Eles se fazem no calor dos debates, no grito das ruas, no protesto justo dos marginalizados. Foi assim que saíram da União Nacional dos Estudantes alguns dos melhores tribunos brasileiros e muitos dos que sempre generosamente lutaram pela grandeza da Pátria

A retomada, pelos estudantes brasileiros, do espaço que sempre foi seu — e ninguém ousou ocupá-lo nestes trinta anos — é um exemplo dos tempos que a sociedade brasileira está abrindo para si mesma. A reconstrução da sede da União Nacional dos Estudantes, estou certo disso, consolidará o seu renascimento e o renascimento do civismo da juventude, o que permitirá o surgimento de novos líderes e novos estadistas.

Convém lembrar que a UNE e as entidades estudantis regionais que a formavam, com a democracia que praticavam e defendiam, asseguravam a ascensão de jovens de origem modesta às elites políticas nacionais. Foi assim, na militância estudantil, que iniciei a minha vida pública. Esse caminho sofreu percalços durante duas décadas, mas se revigora ainda

a tempo para que a Nação chegue ao novo século e novo milênio renovada em seu ânimo e em sua esperança.

Em nome de todos os brasileiros devolvo à União Nacional dos Estudantes o chão de sua Casa.

Muito obrigado.

X

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
cerimônia de inauguração do novo
Auditório da Academia Mineira de Letras.
Belo Horizonte, 30 de maio de 1994.**

Exm^o Senhor Governador do Estado de Minas Gerais,
Exm^o Senhor Presidente da Academia Mineira de Letras,
Exm^{os} Senhores Ministros de Estado,
Exm^o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,
Exm^o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça,
Exm^o Senhor Prefeito de Belo Horizonte,
Exm^o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte,
Exm^{os} Senhores Parlamentares,
Dom João de Resende Costa
Senhor Acadêmico Abgar Renault,
Senhores Ex-Governadores, candidatos, líderes políticos de Minas Gerais,
Senhoras e Senhores, Senhores Jornalistas, Moços e Moças,

Ministro Oscar Dias Corrêa — agradeço, também, as generosas palavras de V. Ex^a.

Agradeço as bondosas palavras do Professor Abgar Renault, símbolo da cultura mineira e nacional e das tradições morais do nosso povo.

Meu caro Presidente Vivaldi Moreira,

Sinto, nesta Casa, o espírito e as razões de Minas. Ouço, entre estas paredes, a voz de Gonzaga, cantando a beleza de Marília e fustigando o Fanfarrão Minésio.

Em Minas, as letras sempre serviram ao amor e sempre serviram à liberdade, porque sempre serviram à vida.

Recordo-me, Senhor Presidente, Senhores Acadêmicos, de ter estado entre os senhores, para assistir à posse de Juscelino Kubitschek. Com a festa daquela noite os mineiros lhe disseram que aqui a glória sempre seria sua, e que nada substitui o afeto do lar, da família. Minas era a sua família e a Academia, naquele momento, Senhor Presidente, o oratório da casa.

Eu lhes lembrava Gonzaga e o compromisso das letras mineiras com a impetuosa razão da liberdade. Há uma razão para isso. Ninguém exerce com tal plenitude a liberdade como exercem os criadores. E a literatura é a mais autônoma das formas de arte.

A Inconfidência foi uma rebelião de todos. De soldados e mineradores, de sacerdotes e escravos. Mas foi sobretudo a rebelião de homens que, sabendo pensar, sabiam querer, sabiam ousar, sabiam sonhar e, como Tiradentes, souberam morrer. Os versos de Gonzaga e o rigoroso raciocínio de Cônego Toledo e do Padre Rolim foram os lemes da conspiração que, ao contrário de se frustrar na traição e na repressão da Coroa, se fez vitoriosa ao legar a Minas o império da liberdade como a inarredável razão de ser e permanecer.

Senhores Acadêmicos,

Sinto-me honrado em inaugurar esta nova dependência da Academia Mineira de Letras. Ela nasceu em minha cidade e emigrou para Belo Horizonte, quando se sentiu forte para a mudança. Juiz de Fora, modéstia à parte, não era apenas o

grande centro manufatureiro do Brasil, a «Manchester Mineira», como então lhe chamavam, mas também o fervilhante centro intelectual, em que circulavam os parnasianos Honório Armond e Belmiro Braga, e os escritores de vanguarda Murilo Mendes e Pedro Nava.

Orgulhamo-nos, em Juiz de Fora, em ter sido o berço desta instituição, e de a haver entregue aos cuidados de Belo Horizonte. A capital de um Estado deve ser mais do que a sede do poder político e administrativo. Deve reunir também, em assembléias permanentes, o melhor de sua inteligência e de sua arte.

Sou grato ao velho amigo Vivaldi Moreira por me convocar a este momento de alegria. Sei que este é um grande dia para a sua vida, generosamente dedicada aos valores de Minas. Há várias décadas ele vem sendo o mais forte ânimo deste Grêmio. Coube-lhe liderar o esforço de todos os senhores para dar a solidez da pedra à dignidade da Academia. Ele vem sendo incansável militante da inteligência de Minas e seu nome estará, para todo o futuro, guardado na argamassa e no mármore imperecível desta Casa, nesta rua da Bahia, que é a Rua Direita da Cidade de Minas.

Dentro de alguns meses estarei deixando a Presidência da República e me sobrarão mais tempo para o convívio com os meus conterrâneos. Espero voltar então a esta Casa, sem a pressa que as minhas obrigações exigem. A cada dia mais me convenço de que o Brasil precisa do prumo de Minas, do chão de Minas, de suas águas e de suas pedras. Temos vivido, na História do País, alguns momentos em que Minas se reclui entre as montanhas, a fim de aconselhar-se com a poderosa consciência cívica e, no passo seguinte, melhor servir ao Brasil. Porque Minas, a nossa patriazinha, conforme o grande

Guimarães Rosa, não tem a urgência dos insensatos nem a preguiça dos acomodados.

Tenho procurado ser fiel ao espírito de Minas na Chefia do Estado nacional. Na obediência aos nossos princípios e valores, guardei os bens da República, tratei de agir com justiça, preservei a liberdade dentro da ordem democrática.

Muito obrigado, mais uma vez, por me terem chamado a este encontro de mineiros.

XI

Discurso do Senhor Presidente
da República, Itamar Franco, por ocasião
da apresentação dos estagiários
da Escola Superior de Guerra — ESG.
Palácio do Planalto, 22 de junho de 1994.

Senhores Ministros de Estado,
Senhores Oficiais-Generais,
Senhores Estagiários da Escola Superior de Guerra,
Senhoras e Senhores,

As nações necessitam, para preservar a sua identidade e caminhar com segurança em seu futuro, de centros de reflexões e estudos como a Escola Superior de Guerra. É neles que a memória do passado deixa de ser apenas o registro dos momentos de glória ou de apreensão, a fim de se tornar a carta de conhecimentos para a administração do presente e do futuro.

A Escola Superior de Guerra é também, ao lado de sua importância no exame de nossas opções estratégicas, depositária do sentimento patriótico de nossa gente.

Em suas salas, civis e militares descobrem que o amor ao Brasil é sempre maior, se o conhecemos melhor, e se podemos contribuir para a edificação de sua grandeza na paz.

O Estado nacional tem encontrado, nos estudos que os senhores desenvolvem, a solução para muitos de seus graves problemas.

Peço-lhes que, em sua permanente preocupação com o nosso País, tenham em mente os problemas sociais que desafiam a sociedade nacional.

Eles só serão resolvidos no mais absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana.

Só quando reduzirmos as brutais diferenças que separam os brasileiros mais ricos dos brasileiros mais pobres, como é da própria doutrina da Escola Superior de Guerra, teremos a sociedade justa que todos nós almejamos.

XII

Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
reunião ministerial para o lançamento
do real, em 1º de julho de 1994.
Brasília, DF, 30 de junho de 1994.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Senhores Líderes do Governo no Senado e na Câmara,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores Jornalistas,
Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

Os homens são construídos pela vontade, e essa mesma vontade, reunida pela esperança, levanta as nações e as projeta no tempo, em sua necessária aspiração à eternidade.

A vontade, mais do que o vento e mais do que as volúveis correntes marinhas, trouxe as caravelas a esta terra, para, em seguida, abrir o caminho nos sertões, empurrar a linha de Tordesilhas até a muralha ocidental da Cordilheira e edificar a mais importante das sociedades ao sul do Equador.

A esta vontade, tão poderosa, tem faltado, ao longo dos séculos e mais ainda ao longo deste século, outra e indispensável virtude, a virtude da justiça. Desprovidos do espírito de justiça, os homens podem ser individualmente prósperos, mas não fazem ricas as nações. Desprovida de justiça, de que deve ser o instrumento prático, ao dar equidade de valor ao trabalho

e aos bens, a moeda perde o respeito dos homens, e longe de servir aos povos, corrompe a sociedade, desfaz os valores morais, destrói a esperança e enfraquece a vontade.

Com a chegada do real, neste 1º de julho, o Brasil tem a oportunidade de mudar de forma definitiva o curso da sua História.

A moeda é o mais concreto dos atos de confiança das nações em si mesmas. Por isso, todos os processos inflacionários da História se relacionam com as crises políticas e com as crises morais.

É a inflação que tem cobrado dos mais pobres, daqueles que não têm como se proteger, o mais pesado de todos os impostos — o imposto da inflação. Porque são os mais pobres, os trabalhadores mais humildes, a grande maioria do nosso povo, os que vêem o seu salário ser corroído impiedosamente logo após o dia do pagamento. São eles que sentem mais de perto os efeitos de um mercado de trabalho que não acompanha o crescimento da nossa população nem as suas expectativas de uma vida melhor porque faltam os investimentos produtivos que a inflação canaliza para a especulação.

Ética e responsabilidade, transparência e diálogo são as qualidades que marcam os atos praticados em uma democracia. São essas qualidades que inspiraram o Plano real desde a sua criação. E são elas que assegurarão o seu êxito, porque fizeram com que o Plano fosse conhecido e discutido amplamente pela sociedade, pelo Congresso, pelos agentes econômicos, pelo cidadão.

Mais de uma vez eu vim a público para expressar sentimentos e inquietações do homem do povo, daqueles que, na sua busca de justiça e proteção, se voltam para o Presidente da República, como depositário das suas esperanças. Fui por

vezes incompreendido ao fazer isso, mas esse é um dever indeclinável do governante.

Sei que, agora, eu interpreto um sentimento de confiança na maioria dos brasileiros, de esperança poucas vezes tão próxima de se realizar. Essa confiança deve ser a principal motivação para que o Governo continue inteiramente empenhado no êxito do Plano real. Porque essa confiança é o que está mobilizando cada cidadão que deseja o sucesso do Plano. E eu não tenho dúvida de que eles são maioria, uma maioria que cresce e participa, que faz a História do novo tempo que está começando.

Senhores Presidentes das Casas Legislativas,
Senhores Líderes,
Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

O empenho do Governo no êxito do plano de estabilização monetária não se limitará a declarações e aos atos gerais da administração financeira. Para que a moeda seja preservada, empregaremos todos os recursos constitucionais de que dispomos. O Governo não aceitará e nem permitirá que interesses particulares, nem sempre legítimos, se sobreponham aos superiores direitos da coletividade.

O Governo sabe que poderá contar com a maioria dos empresários brasileiros, que, não tendo mais que acrescentar aos seus preços os elevados custos financeiros, poderão trabalhar com a tranqüilidade e contribuir decisivamente para o fim definitivo da inflação.

De nada nos adiantará moeda estável, se a sua estabilidade estiver fundada na recessão econômica. O nosso objetivo é o desenvolvimento em bases seguras, com a criação de

empregos remunerados com justiça, de tal maneira que todos os brasileiros se orgulhem do Brasil, e se disponham a defender a sua soberania.

Repito-lhes que o real é a conquista política de todo o povo brasileiro, exausto das injustiças, que a inflação agrava, e disposto a fazer a Pátria com a qual sonharam os nossos antepassados. Só o povo, com sua vigilância e seu empenho ético, poderá assegurar-lhe êxito permanente.

A grandeza desta conquista transcende as circunstâncias do tempo eleitoral. Trata-se de um esforço de toda a Nação, que coube ao Presidente da República coordenar e administrar, a fim de, no cumprimento de impostergável dever, deixar a seu sucessor, quem quer que seja o escolhido, moeda sólida, capaz de promover o desenvolvimento, sem faltar à justiça.

Estou certo de que desta minha fé comungam todos os senhores e todos os cidadãos brasileiros de boa vontade.

Muito obrigado.

XIII

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
solenidade de abertura da 1ª Conferência
Nacional de Segurança Alimentar.
Brasília, DF, 27 de julho de 1994.**

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

Dois são os objetivos fundamentais da vida: conservar-se e reproduzir-se, conforme é a constatação óbvia de todos nós. E foi exatamente para garantir a conservação e reprodução da vida que os homens se reuniram em grupos, transformaram esses grupos nas primeiras organizações de Estado e construíram as civilizações. A conservação e a reprodução da vida, conforme a obviedade que andamos desprezando, depende, todos os dias, de comida.

Emblemático encontro de circunstâncias fez com que o Conselho de Segurança Alimentar tivesse origem no Movimento pela Ética na Política. A ética é astucioso expediente da inteligência comum para garantir a sobrevivência das sociedades políticas, e a fome é servidora da morte. A fome não mata apenas os indivíduos. A fome, com suas conseqüências sociais e políticas, faz desabar os Estados, destrói as sociedades, assassina as nações, conforme nos adverte a História.

Desde o momento que assumi a Presidência da República venho afirmando que o primeiro dever do Estado é o de assegurar a justiça. Foi essa razão que me fez partilhar as

idéias trazidas por algumas das pessoas presentes e criar o Conselho de Segurança Alimentar. A elas agradeço o serviço que prestaram e prestam à Nação, na pessoa de Dom Mauro Morelli: ele é a testemunha do sofrimento de amplas parcelas de nosso povo e incansável combatente pela justiça. É o evangelista, que prega, com a força dos profetas antigos, em favor dos oprimidos, mas também o organizador atento, o líder deste que é um dos mais belos e amplos movimentos de solidariedade entre os que já realizados em nosso País. Sou-lhe particularmente grato por conduzir o nosso Conselho.

Não preciso relacionar aqui o que fizemos. Os senhores, que se encontram empenhados nesse grande e meritório trabalho, irão analisar, neste encontro, os nossos êxitos e as nossas dificuldades e disso darão contas à sociedade brasileira, que vem realizando, por meio do Estado e diretamente, este grande mutirão contra a miséria.

Senhoras e Senhores,

Nunca, em nossos tempos históricos, houve tanta comida nos celeiros do mundo, e nunca houve tanta fome e tanta miséria. Mais do que isso. «Jamais tantos homens, tantas mulheres, tantas crianças, foram tão explorados, esfaimados e exterminados sobre esta terra», disse, em estudo recente, o pensador francês Jacques Derrida.

Somos chamados a refletir sobre os objetivos do processo econômico moderno. Qual tem sido e qual deve ser o propósito da tecnologia? A capacidade criadora do homem não pode reduzir-se a produzir cada vez mais para um mercado cada vez menor. O que vem ocorrendo nos países mais ricos do mundo nos deve colocar de sobreaviso. O desemprego está aumentando na Europa Ocidental e começa a preocupar a economia japonesa. Nos países mais desenvolvidos as sociedades já se encontram sedimentadas, com suficientes

equipamentos estatais, como escolas e hospitais. E que dizer de países como o nosso, em que tudo, praticamente tudo, deve ser feito?

Estabelecer um projeto nacional de desenvolvimento, no limiar de um século carregado de sustos e imprevistos, é a grande tarefa dos anos mais próximos. Não poderemos erguer muralhas contra o resto do mundo, porque elas são inócuas, mas é de nosso dever procurar formas mais solidárias de convívio interno.

Tivemos, este ano, algumas vitórias a comemorar. A nossa juventude conseguiu demonstrar a sua inteligência e o seu desempenho físico em vários esportes, como o basquete, o vôlei e o futebol. Estamos iniciando, em bases realistas, o combate ao processo inflacionário, que se exacerbou na década passada e tolheu o desenvolvimento da economia nacional. A restauração da democracia republicana, com todas as dificuldades políticas que devemos vencer, vem trazendo maior credibilidade ao Estado nacional diante do mundo.

O combate à fome deve associar-se à promoção da cidadania. Seria ótimo se pudéssemos dispensar o combate direto à fome, como muitos nos aconselham, e nos dedicar só, prioritariamente, a criar empregos. Mas, poderíamos fazê-lo sabendo que, se não acudirmos prontamente, com o leite, a merenda escolar e as cestas básicas, milhares de crianças morrerão ainda este ano nas regiões mais pobres deste País?

A cidadania começa no alfabeto, disse um dos grandes brasileiros de nosso tempo, o sempre pranteado Ulysses Guimarães. Em países como o nosso, o alfabeto só é assimilado se estiver acompanhado da merenda escolar.

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

Senhores Delegados à Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Ressalto o que disse a doutora Ana Peliano no seu trabalho *Um Balanço das Ações de Governo no Combate à Fome e à Miséria*.

«O Plano de Combate à Fome e à Miséria, lançado em 1993, e as características operacionais que adquiriu são, em grande medida, fruto dessa conjuntura. Politicamente, o Governo assume o combate à miséria como objetivo prioritário. Sem perder de vista a necessidade de estabilizar a economia e retomar o crescimento, a racionalidade economicista começa a perder espaço e a dimensão social e ética são parâmetros que lentamente vão constituindo uma restrição a até então redução unidimensional, e portanto autoritário, da lógica econômica.»

Porém, os frutos das mudanças sociais em curso não se restringem à prioridade dada ao plano de combate à fome e à miséria. As formas de operacionalização incorporam essas novas demandas de transparência na utilização dos recursos de Estado. A sociedade civil, através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar — CONSEA, teve um papel fundamental nas prioridades estabelecidas e nas formas de gestão. «A parceria Governo-sociedade foi o princípio norteador do plano».

Estou certo que os senhores poderão, neste encontro, fazer um balanço criterioso do trabalho realizado nestes meses históricos. A luta contra a fome e pela cidadania é um movimento que une os esforços da sociedade e do Governo, e não pode submeter-se aos interesses dogmáticos de qualquer ideologia nem aos interesses políticos de qualquer partido. Se assim ocorresse, ela perderia a sua força ética, para se transformar em mero expediente eleitoral. Não é isso que queremos, todos os cidadãos de boa vontade que se reuniram

para salvar da morte os milhares de compatriotas nossos que uma ordem social perversa exclui dos benefícios da vida.

Desejo-lhes boa sorte — e declaro aberta esta conferência.

XIV

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião dos
cumprimentos aos novos Oficiais-Generais.
11 de agosto de 1994.**

Senhores Ministros de Estado,
Senhores Oficiais-Generais agraciados com a Medalha
de Platina,
Senhores Almirantes, Senhores Generais e Brigadeiros,
Senhoras e Senhores,

Sinto-me honrado de, em nome da Pátria, conferir a Medalha de Platina ao General Bayma Denys e ao Tenente-Brigadeiro Carvalho, que completaram cinqüenta anos no serviço das armas, nesta cerimônia em que se apresentaram ao Chefe de Estado os novos Oficiais-Generais brasileiros.

A Nação lhes é reconhecida. Se os que dedicaram meio século de vida aos sacrifícios da vida militar podem sentir-se realizados em sua carreira, os que agora ingressam no generalato têm a oferecer ao País, nos mais altos postos de comando, a valiosa experiência profissional, a segurança do patriotismo e a solidez de uma cultura própria, posta ao serviço do Brasil.

Há cinqüenta anos, pela última vez em nossa crônica de guerra, os soldados, marinheiros e aviadores brasileiros convocados a afirmar o brio nacional nos campos de batalha e, não obstante as dificuldades conhecidas, puderam demons-

trar, com atos de bravura e de vitória, o destemor e a honra que fazem os grandes heróis.

A Pátria, em sua imorredoura memória, guarda as imagens da partida e da chegada dos contingentes da Força Expedicionária Brasileira. Muitos dos que foram não retornaram. Regaram com o seu sangue o solo europeu para que, passado o tenebroso inverno do século, com as suas chaminés que transformavam homens e mulheres em cinzas, surgisse a primavera da paz.

Há poucas semanas enviamos a Moçambique um contingente das Três Armas, a fim de contribuir para a conciliação democrática de um povo que é nosso irmão na História. Não nos movia, em 1944, outra razão que não fosse a de defender a dignidade do homem e a dignidade da pátria, ofendidas pela agressão torpe e traiçoeira. Mas não tínhamos, naquele tempo e não temos, em nossos dias, na expedição à África, outro objetivo que não o da paz, nossa vocação histórica indesmentida.

Senhores Oficiais-Generais,

Estejam certos de que o Presidente da República, expressando os sentimentos de todos os brasileiros, compreende as dificuldades das Forças Armadas e se angustia a fim de lhes encontrar solução. Os desafios são, não obstante, grandes e múltiplos. Nestes poucos meses tivemos que lutar a fim de vencer, em primeiro lugar, uma crise de natureza ética que dava chão a todas as outras crises, entre elas a da moeda.

O Estado, vem sendo objeto de imenso esforço de reconstrução com a abnegada compreensão dos seus servidores civis e militares. Estamos lutando a fim de assegurar a todos os mesmos cuidados e de dividir com equidade os sacrifícios exigidos. Mas temos encontrado, como sabem os senhores,

resistência organizada de determinados e poderosos setores, que se beneficiam da injustiça e se negam a contribuir para a prosperidade comum.

Fomos capazes de contribuir para que a Europa obtivesse a tranqüilidade, em 1945, e se reerguesse como poderoso bloco continental — mas o egoísmo de uma minoria de privilegiados nos têm impedido de assegurar a justiça social em nosso País. As pressões corporativas, a insensibilidade das elites, a voracidade gananciosa dos oligopólios, as distorções do pensamento técnico — tudo isso entre outros fatores, contribuiu para que se acentuassem as disparidades sociais e trouxesse, em conseqüência, o medo e a insegurança às grandes cidades brasileiras.

Vítima da injustiça são também os senhores, mas a vítima maior é a própria nação, que se vê desprovida dos indispensáveis recursos para a defesa de suas fronteiras e para as suas responsabilidades internas. O dinheiro sonegado aos cofres nacionais falta para o equipamento bélico, para a remuneração honrada dos servidores militares e civis, para a assistência à saúde, para salvar da morte e da miséria milhões de brasileiros que nascem todos os anos.

Premido por rígidos parâmetros advindos do Ministério da Fazenda, em documento escrito, esforcei-me, ao limite extremo da minha resistência, para compatibilizar as possibilidades do Tesouro com a implantação da regra constitucional da isonomia, até hoje letra morta em nossa Lei Maior.

Mais não pude porque mais não deveria; entretanto já nas próximas horas estarei assinando medida provisória, através da qual daremos o primeiro, firme e irreversível passo no sentido da abertura do caminho, cujo ponto final é o resgate da dignidade espezinhada pelo aviltamento salarial.

Senhores Oficiais-Generais,

Congratulo-me com os agraciados e com os promovidos e lhes transmito a gratidão de nosso povo.

Peço-lhes que transmitam às tropas o meu sentimento de solidariedade e a minha disposição de tudo fazer, dentro dos reduzidos limites da Fazenda, para aliviar as imensas dificuldades que os militares e os servidores civis enfrentam, nesta quadra adversa. Espero que o meu sucessor, ao encontrar a economia estabilizada e o Estado recomposto, possa usar os recursos do Erário a fim de remunerar com efetiva justiça os que honradamente servem a Nação.

Muito obrigado.

XV

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, ao receber a
pinacoteca de Murilo Mendes.
Juiz de Fora, MG, 26 de agosto de 1994.**

Exm^o Sr. Prefeito de Juiz de Fora,
Exm^o Sr. Ministro da Educação e do Desporto,
Exm^o Sr. Ministro Mauro Durante,
Magnífico Reitor da Universidade Federal de Juiz de
Fora,
Autoridades Municipais e Estaduais,
Senhora Maria da Saudade Cortesão Mendes,
Senhoras e Senhores,

Muitas e gratas são as reflexões deste momento. Volta à cidade natal grande parte da vida de Murilo Mendes. É o reencontro de emoções: aqui o poeta viu as primeiras cores, o contorno dos montes, o escorrer das águas mantiqueiras nos córregos e no rio. Ao longo de sua vida foi um coletor e distribuidor de emoções: transformava as cores e os fundos sentimentos da alma em palavras e as distribuía, como fazem os grandes poetas. A poesia, sabemos todos, é, mais do que tudo, forte manifestação de solidariedade e de afeto: o poeta não admite ser o único senhor da emoção de uma descoberta e leva esse descobrimento aos outros.

As artes plásticas são companheiras da poesia nesta mágica possibilidade de dar eternidade a momentos fugidios. Quanto terá durado o enigmático sorriso da mulher de Fran-

cesco Giocondo, ao posar para Leonardo da Vinci? Aquele instante inesperado é um dos mais belos mistérios da pintura universal — mas foi preciso que o sorriso encontrasse o poeta da Vinci, com a sua palheta e os seus pincéis, para recolhê-lo e o deixar como o legado de sua presença no mundo, como o recado de um instante aos séculos.

Já tínhamos entre nós os livros de Murilo, e agora recebemos os seus quadros. Uns e outros são instantes que ficaram das emoções do poeta, da mesma forma que os seus poemas são momentos de êxtase reconstruídos com as palavras. É o poeta, em sua plenitude, que escapa dos limites da vida, para inserir-se no tempo infinito. Enquanto houver a língua portuguesa, enquanto houver esta cidade e este País, Murilo Mendes será lembrado por sua inteligência e por sua sensibilidade. Os seus livros e os seus quadros ficam como testemunhas tangentes de uma vida excepcional.

Senhora Maria da Saudade Cortesão Mendes,

Não há dúvida de que, entre todas as grandes emoções de Murilo, o encontro do poeta com a jovem filha de Jaime Cortesão terá sido a maior delas. Coube-lhe, Dona Maria da Saudade, ser sua companheira e inspiradora, ao longo de tantas décadas de criatividade em comum. E aqui cabe uma observação sobre os misteriosos desígnios de Deus. Jaime Cortesão e Agostinho da Silva, na força de sua inteligência e no culto à liberdade, não podiam viver sob o regime ditatorial de seu país, e buscaram exílio em nosso País. Ambos deixaram em nossa terra a contribuição inestimável de sua poderosa sabedoria. E Jaime Cortesão, em São Paulo, na Bahia, na Universidade de Brasília deixou plantadas as sementes de um entendimento maior entre todos os países de língua portuguesa. Do projeto cuida agora o Embaixador José Aparecido de Oliveira, ao dar prosseguimento à iniciativa brasileira de

construir, em instituições sólidas e dinâmicas, a comunidade dos países de língua portuguesa.

Agradeço-lhe, Dona Maria da Saudade, o seu carinho para com o nosso conterrâneo Murilo Mendes. Juiz de Fora, Minas e o Brasil o recebem aqui, hoje, em seus quadros, testemunhas de seu deslumbramento com a beleza. É a sua alma que retorna a estas montanhas.

Terminando, é Murilo Mendes que nos lembra:

«Há grandes forças de matéria na terra, no mar e no ar que se entrelaçam e se casam reproduzindo mil versões de pensamentos divinos. A matéria é forte e absoluta. Sem ela não há poesia».

Muito obrigado.

XVI

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, durante o
encerramento da Conferência Nacional
de Educação para Todos.
Academia de Tênis,
Brasília, 31 de agosto de 1994.**

Senhores Ministros de Estado,
Senhores Chefes de Delegações,
Senhores Participantes da Conferência,
Senhores Embaixadores,
Senhores e Senhoras,
Moços e Moças,

Educar é preparar a criança para a vida e para a liberdade. Prepará-la para a vida e para a liberdade é dar-lhe a consciência de que somos seres especiais no universo e que nos cumpre, na fugacidade dos anos de nossa presença no mundo, assegurar as conquistas da inteligência e da ética humanística e ampliá-las. Educar é transferir toda a experiência do passado à geração seguinte, a fim de que com ela seja construído o futuro.

Uma das mais graves questões da educação moderna está na universalização crescente do conhecimento humano e na necessidade de preservar-se a identidade peculiar de cada povo. Os educadores de todos os países não podem desprezar os novos métodos didáticos e pedagógicos universais, mas são compelidos a defender a cultura de seus povos, na qual se estampa a alma imemorial.

É revolucionária a proposta do Ministro Murílio Hingel, com o Plano Decenal de Educação para Todos. Ele buscou, na experiência de outros povos, alguns deles aqui representados, a valiosa contribuição que nos ajudará a redimir o sistema educativo. Por esse projeto, altamente democrático, toda a sociedade deverá participar da grande tarefa dos próximos dez anos.

A participação da sociedade não pode, sem embargo, colocar em dúvida as prerrogativas e a responsabilidade do Estado Nacional na condução do processo educativo.

O Estado democrático, não obstante os seus velhos e novos inimigos, é a mais elevada e legítima representação da comunidade nacional. Em nosso caso, dada a constituição federativa das instituições políticas, o Estado está presente, em seus três níveis, na educação, o que permite assegurar efetiva democratização das decisões.

Senhores Ministros,
Senhores visitantes estrangeiros,
Senhoras e Senhores,

Em nenhum outro tempo houve tanto conhecimento do mundo. O homem penetrou na estrutura do átomo, e a rompeu, para o mal e para o bem. Há pouco tempo a sua intromissão nos processos da natureza abriu perspectivas fantásticas com novas tecnologias bioquímicas, conhecidas como engenharia genética. Tais processos, com o seu imenso poder, reclamam uma atenção maior dos educadores, chamados a defender o velho e necessário humanismo. Os homens, com o seu mais recente saber, podem e devem ser os parceiros de Deus na criação de um mundo menos áspero e mais feliz, em que se viva mais tempo e com mais saúde e conforto. Mas não podem desafiar o Criador, que deu, a cada um de nós, uma parcela de si mesmo, na inteligência e na emoção. Usar

da ciência e da técnica para promover a injustiça e a exclusão de homens e povos, em nome da eficiência e da competitividade, é agredir aqueles valores que as grandes religiões revelaram e defenderam como os identificadores da espécie humana.

Por isso mesmo cabe aos primeiros educadores, os que devem cuidar da alfabetização, transmitir às crianças o respeito a esses valores universais em que se assentam todas as grandes civilizações.

O sentimento de Pátria, como o espaço transcendental das Nações, que encerra os povos em seu território e em sua História, terá de ser preservado, por mais universais sejam as relações entre os homens, a fim de que a diversidade assegure o constante enriquecimento espiritual dos homens. Um mundo de uma só cultura, se submetido à imposição homogênea de uma forma singular de visão cósmica seria o mais abominável e rasteiro dos impérios totalitários. Em razão disso, e em benefício da humanidade inteira, é indispensável a cada sociedade nacional preservar, no processo educativo, os seus próprios valores.

Senhoras e Senhores,

Agradeço, em nome do povo brasileiro, a valiosa contribuição que as Nações Unidas, pelos seus órgãos, como a UNESCO, o UNICEF, o Fundo de População e o Programa para o Desenvolvimento vêm prestando ao nosso esforço pela educação. Da mesma forma, e pelo mesmo motivo, o povo brasileiro é grato ao Banco Mundial, à OEA e à Organização dos Estados Ibero-Americanos — OEI.

Dou as boas-vindas a todos os delegados e chefes de delegação e representantes da China, do Bangladesh, do

Egito, do México, da Índia, da Nigéria e do Paquistão, os nossos sentimentos de amizade.

A todos os participantes deste encontro, em nome da República, muito obrigado.

XVII

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, na solenidade
de abertura do VII Congresso
Internacional de Hospedagem,
Alimentação e Turismo.
São Paulo, 28 de setembro de 1994.**

Excelentíssimo Senhor Governador Dr. Luiz Antonio
Fleury Filho,
Excelentíssimos Senhores Ministros,
Excelentíssimos Senhores Parlamentares,
Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. Paulo Maluf,
Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Nelson Abreu
Pinto,
Excelentíssimos Senhores Embaixadores,
Senhores e Senhoras,
Moços e Moças,

Ao encerrar esta solenidade de abertura do VII Congresso Internacional de Hospedagem, Alimentação e Turismo, congratulo-me com os seus organizadores e manifesto a minha certeza de que ele será importante para o nosso País.

O Turismo tem sido, nos tempos modernos, importante instrumento de paz. Quando as pessoas se conhecem tendem a tornar-se amigas, e a mesma coisa ocorre com os povos. Se um dia o mundo se tornar único, sem fronteiras, não será pela força das armas, cuja vitória é sempre precária e passageira, mas pela força do entendimento, de verdadeira confraternização universal. E este entendimento começa sempre quando um visitante é recebido com respeito e alegria fora das fron-

teiras de seu país. A paz começa quando as mãos se apertam e é derrotada quando elas se recolhem, para empunhar as armas. O turismo ajuda os homens a se conhecerem, em sua cultura e em seus costumes, vencendo fronteiras políticas e as fronteiras da linguagem. Por isso mesmo além de seu notório interesse econômico, é da política dos Estados incentivá-lo e protegê-lo.

Dou por encerrada esta solenidade e agradeço o convite que me fizeram para a ela presidir.

Muito obrigado.

**SUBCHEFIA PARA DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**ESTA OBRA FOI COMPOSTA,
FORMATADA E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1994, COM UMA TIRAGEM
DE 1.000 EXEMPLARES.**

«Os homens são construídos pela vontade, e essa mesma vontade, reunida pela esperança, levanta as Nações e as projeta no tempo, em sua necessária aspiração à eternidade.»

«Ética e responsabilidade, transparência e diálogo são as qualidades que marcam os atos praticados em uma democracia.»

(Presidente Itamar Franco)

